ATA NÚMERO TRINTA E UM

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. ----------

Secretariou a reunião Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente. ----------

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas catorze horas e trinta minutos. ----------

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS PARA 2020: ----------

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO ----------

- ORÇAMENTO ----------

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ----------

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO ----------

Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues para transmitir que os documentos deveriam ter sido enviados com maior antecedência até porque, o orçamento Municipal, carece de bastante tempo para ser analisado. ----------

O Senhor Presidente respondeu que as convocatórias e os respetivos documentos respeitaram o período necessário em termos legais para a marcação de uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, ou seja, nas quarenta e oito horas antes. Referiu ainda que a data da reunião tinha sido combinada com a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues. ----------

O Senhor Presidente dirigiu-se aos presentes, informando que os documentos apresentados tinham como suporte o relatório do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Os passivos contingentes eram aqueles que foram registados aquando da negociação do FAM. Adiantou que já se encontram refletidas as despesas com a integração dos novos colaboradores no âmbito do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos

Vínculos Precários na Administração Pública, não se encontrando porém refletidos nas receitas, as possíveis saídas de colaboradores através das aposentações. Por fim informou que no próximo orçamento é possível fazer a renegociação do PAM, de modo a que, caso a Direção do FAM o permita, haver uma maior flexibilização nos impostos cobrados. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote informou que gostaria de ter o documento terminado mais cedo para que o mesmo fosse atempadamente dado a conhecer aos restantes elementos no entanto, ainda na sexta-feira anterior o FAM não se tinha pronunciado. Alegou ainda que elaborar um orçamento em função dos encargos da dívida, era muito mais complicado, visto existirem bastantes condicionantes orçamentais que teriam que se ter sempre em conta. No seu entender, o documento reflete o respeito pelo reequilíbrio financeiro e o programa eleitoral apresentado em outubro de 2017 e que foi sufragado pelo eleitorado do concelho de Fornos de Algodres. ----------

Usou da palavra o Senhor Vereador Bruno Costa para endereçar os parabéns a todos os técnicos que estiveram na elaboração dos documentos previsionais uma vez que, no seu entender, tratava-se de documentos bem estruturados e de fácil leitura. ----------

De seguida informou que o orçamento estava em linha com o orçamento do ano transato, com uma ligeira diminuição de 0,94%. Dos treze eixos das grandes opções do plano (GOP), enumerou dois eixos: Educação e Ambiente e Regeneração Urbana. Na Educação evidenciou a execução da empreitada da Requalificação da Escola de Figueiró da Granja que, após um demorado processo de contratação pública, o procedimento encontra-se na "reta final" de adjudicação. Acrescentou que no Eixo da Educação, o Programa de Educação Ambiental seria para continuar congratulando as coordenadoras do projeto Eco-Escolas por terem enviados sugestões fundamentadas para inserção no orçamento, como solicitado. ----------

No Ambiente e Regeneração Urbana, destacou a continuação do Plano de Monitorização da Qualidade da Água em parceria com o Laboratório de Águas do Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e a continuação do projeto de observação de aves em parceria com o Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS). ----------

Por último destacou o aumento de € 30.000,00 (trinta mil euros) para o acordo de execução com as Juntas de Freguesia. Referiu que a cooperação institucional estava bem patente neste orçamento, quer seja com as Juntas de Freguesia, com as associações do Concelho, com os produtores locais (o bom sabor da serra), o Geopark Estrela, a CIMBSE, entre outras. Terminou afirmando que este era um orçamento realista e responsável. --------

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues, na sua intervenção aludiu ao facto de nos documentos estar previsto um aumento com a despesa autárquica, afirmando que esse não seria certamente o melhor caminho a seguir. Reparou no elogio proferido pelos técnicos do FAM relativamente à disponibilidade do Município no envio célere de todos os documentos solicitados. Questionou ainda o destino da verba da obra de Requalificação da Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja. ----------

O Senhor Presidente informou que a Requalificação da Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja estava inscrita no pacto da CIMBSE sendo financiada através do Quadro 2020. Os valores inscritos na despesa têm a contrapartida na receita da CIMBSE, como não foi executada não houve qualquer operação financeira. ----------

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionou se a verba destinada a eletricidade estava relacionada com a ligação de lâmpadas da rede de iluminação pública, tendo o Senhor Presidente respondido que a ligação de lâmpadas de iluminação pública era da inteira responsabilidade da EDP. Ainda a mesma Vereadora afirmou que no orçamento existia uma verba destinada a Associações e que teriam um aumento de 4,13%, questionando que tipo de Associações serão elegíveis nesta rúbrica, ao que o Senhor Presidente esclareceu que a verba inscrita nessa conta que se encontrava no quadro 12, no valor de € 117.500,00 (cento e dezassete mil e quinhentos euros), era destinada para Associações do concelho, nomeadamente IPSS, Equipa de Intervenção Permanente (EIP) que se encontra englobada na transferência corrente que a Câmara faz para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, Geopark Estrela, entre outras. --------

Para finalizar, a Senhora Vereadora colocou várias questões, querendo saber a que se devia o aumento das verbas destinadas aos transportes escolares, comunicações, vestuário. O Senhor Presidente esclareceu que o aumento com transportes se devia ao facto de a Câmara Municipal estar a efetuar o pagamento do transporte dos alunos do ensino secundário, assim como o transporte das crianças que frequentam os Jardins de Infância. Em termos do aumento de gastos previstos com comunicações, o mesmo informou que estava ligado com as delegações de competências previstas para o próximo ano, onde a Câmara Municipal irá ficar responsável por alguns equipamentos, nomeadamente a Residência de Estudantes e as Casas dos Magistrados, havendo a isso associado um gasto acrescido em termos de telefones, instalação de Internet e consequentes gastos mensais. No tocante à verba destinada à aquisição de vestuário, o Senhor Presidente esclareceu que havia a necessidade de adquirir-se equipamento de proteção individual de inverno, bem como a aquisição de material adequado para a Proteção Civil Municipal, com o objetivo de aumentar a segurança relativamente à vespa asiática. ----------

Por seu turno, a Senhora Vereadora Rita Silva informou que iria votar contra os documentos apresentados para o ano 2020, visto que no seu entender a lei não estava a ser cumprida e para assinalar o seu voto de vencido iria apresentar uma declaração de voto. ----------

Na sua opinião o orçamento deveria beneficiar os mais pobres e necessitados do concelho, assim como no seu entender a verba destinada para as Juntas de Freguesia no valor de € 60.000,00 (sessenta mil euros) era baixa, ao que prontamente o Senhor Presidente respondeu que a Senhora Vereadora Rita Silva estaria equivocada, pois sempre foi, e continuava a ser, a sua principal bandeira o apoio incondicional aos mais pobres e necessitados do concelho, procurando dar sempre resposta quando é solicitado para tal. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote interveio para mostrar a sua perplexidade em relação à posição da Senhora Vereadora Rita Silva ao ter afirmado que a transferências para as Juntas de Freguesia de € 60.000,00 (sessenta mil euros) era uma verba escassa, quando a mesma votou favoravelmente em orçamentos anteriores com dotações de € 30.000,00 (trinta mil euros) destinadas às Juntas de Freguesia. ----------

Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com dois votos contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva, conforme declaração de voto vencido apresentada e da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues ----------

2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS SEGUINTES DOCUMENTOS PARA O ANO 2020: ----------

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO ----------

- ORÇAMENTO ----------

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ----------

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO ----------

O Senhor Presidente propôs que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos para 2020: ----------

Relatório do Orçamento ----------

Orçamento ----------

Normas para Execução do Orçamento ----------

Grandes Opções do Plano ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade ----------

3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA ----------

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade ----------

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. ----------

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário

(Luís Filipe Rodrigues dos Reis)

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

PONTO 1 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ORÇAMENTO; ORÇAMENTO; NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

I

No dia 20 de setembro de 2019, apresentei os meus contributos para a elaboração do orçamento 2020, que comparados com os apresentados para aprovação (Quadro I) levam-me a concluir que, o executivo em funções revela pouca preocupação com os mais desfavorecidos, desprotegidos e com todos aqueles que se encontram em fragilidade.

Preocupações com o combate à pobreza e parecem-me colocadas em segundo plano em detrimento de objetivos redutores que esses sim deveriam ser deixados para segundo plano como refletem as percentagens distribuídas no orçamento para cultura desporto e juventude (8,89%) e Acção social (3.48%), Economia (5,40%) e protecção civil (3,42%).

Redutores no seu conteúdo, como podemos verificar no quadro II em que uma grande parte do montante afeto aos objetivos GOP - cultura desporto e juventude encontram-se dotados na aquisição de serviços – 170.343€ e representam 67% do total da dotação atribuída neste objetivo e 6% no total PPI/AMR.

Questiono onde está a preocupação com as pessoas e o Desenvolvimento?

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PPI/AMR

		PPI/AMR – Proposto a 21/09/2019 %	**PPI/AMR - Orçamento 2020 Apresentado pelo Executivo Municipal %**
Objectivos			
1	Acção Social	14,00%	3,48%
2	Economia	14,00%	5,40%
3	Educação	14,00%	27,36%
4	Participação	5,00%	1,38%
4	Organização Municipal	14,00%	22,23%
6	Ambiente e Regeneração Urbana	7,00%	15,83%

		PPI/AMR – Proposto a 21/09/2019 %	PPI/AMR - Orçamento 2020 Apresentado pelo Executivo Municipal %
Objectivos			
7	Cultura Desporto e Juventude	4,00%	8,89%
8	Turismo	14,00%	5,81%
9	Proteção Civil	14,00%	3,42%
10	Projectos AMCB		0,80%
11	Projectos CIMBSE		3,80%
12	Projectos Alto Mondego		0,97%
13	ADIRAM		0,63%
TOTAL		**100%**	**100%**

Em seguida apresenta-se uma análise GOP, em que podemos verificar que 11% dos objetivos do PPI e das Atividades mais relevantes totalizam 305 628,00 €, estão distribuídas nas rúbricas aquisição de Bens, publicidade, material promocional. Não questiono as atividades em si, questiono os valores dotados e a sua distribuição nestas rúbricas especificamente. Reforço ainda que a dotação diminuta na rúbrica acção social deste orçamento é gritante, denota o completo esquecimento e abandono dos carenciados.

Senão vejamos:

1 - A rúbrica Acção Social e Saúde totaliza 99.328,00€, retirando o Centro de recolha animal (39.000,00€), as atividades promocionais e aquisição de serviços dessa rúbrica (11.500,00€) ainda é mais evidente. O combate á pobreza, no terreno, é feito no ano 2020 com 48.828,00€ enquanto a aquisição de Serviços com a Cultura Desporto e Juventude totaliza 170.343,00€.

2 – Estão orçamentados 2 Planos de Comunicação a realizar em 2020 e que totalizam 49.000€, um valor superior ao dotado para o combate à pobreza no concelho.

Assegurar efetivamente os direitos sociais consagrados constitucionalmente contribui para que as famílias possam ultrapassar o risco de pobreza. Por isso reforçar o apoio social é fundamental. Mais do que declarações vazias de conteúdo, o que é preciso são medidas eficazes que rompam com a atual situação e que valorizem os rendimentos das famílias.

***Enquanto não houver* "pão" para os *pobres, não haverá* paz para os que governam!!!**

QUADRO 2 – ANÁLISE GOP

		PPI/AMR - Orçamento 2020	Aquisição de Bens	Publicidade	Material Promocional	Aquisição de Serviços	Transporte	Total
1	**Acção Social**	**99 328,00 €**						**11 500,00 €**
	Envelhecimento Ativo					2 000,00 €		2 000,00 €
	CPCJ - Crescer em Fornos é Fixe				3 500,00 €	6 000,00 €		9 500,00 €
2	**Economia**	**153 780,00 €**						**10 000,00 €**
	A Loja da Terra		500,00 €					500,00 €
	Programa de Promoção Agrícola - Aquisição de Produtos Endógenos		7 500,00 €					7 500,00 €
	A Loja da Terra			2 000,00 €				2 000,00 €
3	**Educação**	**779 815,00 €**						
4	**Participação**	**39 400,00 €**						
5	**Organização Municipal**	**633 640,00 €**						**48 000,00 €**
	Plano de Comunicação		**37 000,00 €**			**11 000,00 €**		48 000,00 €

		PPI/AMR - Orçamento 2020	Aquisição de Bens	Publicidade	Material Promocional	Aquisição de Serviços	Transporte	Total
6	**Ambiente e Regeneração Urbana**	**451 066,00 €**						**20 000,00 €**
	Aquisição de Veículo						2 000,00 €	20 000,00 €
7	**Cultura Desporto e Juventude**	**253 268,00 €**						**192 768,00 €**
	Cultura é Formação		2 750,00 €			10 400,00 €		13 150,00 €
	Cultura é História					85 500,00 €		85 500,00 €
	Cultura é literatura		4 175,00 €			16 950,00 €		21 125,00 €
	Cultura é Juventude		5 000,00 €			22 243,00 €		27 243,00 €
	Cultura é Associativismo e voluntariado		2 000,00 €			5 000,00 €		7 000,00 €
	Plano Municipal de Atividades Desportivas		6 000,00 €			25 750,00 €		31 750,00 €
	Plano Municipal da Juventude		1 000,00 €			1 500,00 €		2 500,00 €
	Plano de Atividades do CIHAFA		1 500,00 €			3 000,00 €		4 500,00 €
8	**Turismo**	**165 696,00 €**						**21 000,00 €**
	Promoção Turística do Concelho				5 000,00 €	7 500,00 €		12 500,00 €

		PPI/AMR - Orçamento 2020	Aquisição de Bens	Publicidade	Material Promocional	Aquisição de Serviços	Transporte	Total
	Programa de Observação de Aves					7 500,00 €		7 500,00 €
	Plano de Comunicação					**1 000,00 €**		1 000,00 €
9	**Proteção Civil**	**97 460,00 €**						**1 000,00 €**
	Plano de Proteção Civil			1 000,00 €				1 000,00 €
10	**Projectos AMCB**	**22 847,00 €**						
11	**Projectos CIMBSE**	**108 384,00 €**						
12	**Projectos Alto Mondego**	**27 528,00 €**						
13	**ADIRAM**	**18 000,00 €**						
TOTAL		**2 850 212,00 €**	**67 425,00 €**	**3 000,00 €**	**8 500,00 €**	**205 343,00 €**	**20 000,00 €**	**304 628,00 €**

Neste cenário, realço também a minha discordância na atribuição de apenas 60.000€ às Juntas de Freguesia no âmbito do acordo delegação de competências quando na minha opinião manifestada a nos contributos que me foram solicitados seria de 150.000€. Justifico a minha discordância uma vez que que estes acordos são uma mais valia em especial no âmbito dos serviços, das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais e melhoram em muito os serviços prestados aos munícipes e atribuir um valor tão reduzido põe em causa o serviço de qualidade que as pessoas do concelho merecem.

II

A Lei, dando satisfação a um preceito constitucional, estabelece os direitos que concretamente assistem aos titulares do direito de oposição e objetiva:

"- Direito de serem ouvidos sobre as propostas e planos de actividade e orçamentos;

Sobre o momento em concreto em que a audição se deve processar, julgamos que deverá ser logo que a Câmara Municipal tenha elaborado o projecto de plano e de orçamento, ou seja, após a sua elaboração embora anteriormente à aprovação dessas propostas em reunião de Câmara.... Julgamos que os titulares do direito de oposição devem ser ouvidos logo após a elaboração dos projectos de propostas." (Castanheira Neves).

Eu enquanto o titular do direito de oposição não fui ouvida, logo após a elaboração do presente projecto de proposta.

III

Mais, o documento apresentado não cumpre o preceituado no n. º 3 do artigo 31.º Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal.

Além de discordar com a distribuição das dotações apresentadas, mais uma vez estão postos em causa direitos, poderes e prerrogativas concedidos pela Constituição e pela lei, que são reiteradamente desrespeitados pelo executivo municipal, pelo que quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 31 de outubro 2019

A Vereadora

Rita Isabel Almeida Silva

Rita Isabel Almeida Silva